

As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas

Digital media and platforms in the Permanent Health Education field: debates and proposals

Tania França¹, Elaine Teixeira Rabello¹, Carinne Magnago¹

DOI: 10.1590/0103-11042019S109

RESUMO Este ensaio buscou debater a relevância das mídias e das plataformas digitais como ferramentas para o desenvolvimento e gestão de ações de Educação Permanente em Saúde. Defende-se que as mídias sociais e as plataformas digitais são uma chave para a gestão da educação e do trabalho em saúde se (e somente se) considerados e respeitados os usos tácitos daquelas já existentes e utilizadas pela comunidade de usuários, gestores e trabalhadores. Inicialmente, discute-se o já estabelecido reconhecimento das tecnologias de informação e comunicação como elemento importante para a educação na saúde, a despeito das dificuldades de sua utilização crítica nos cenários. Em seguida, a partir da perspectiva dos estudos digitais, introduzem-se algumas noções correntes sobre redes sociais, *cyber* e digital, fenômenos que vão além da adoção de certos dispositivos e tecnologias como mediadores, reconhecendo-os como elemento central de diversos grupos e atividades humanas na cultura contemporânea. Por fim, sugere-se a ampliação da proposta de adoção dessas tecnologias para uma de reconhecimento das plataformas e das mídias digitais e seu uso corrente como ferramentas estratégicas para a gestão da educação e do trabalho na saúde.

PALAVRAS-CHAVE Educação continuada. Mídias sociais. Tecnologia da informação. Internet. Saúde.

ABSTRACT *This article sought to discuss the relevance of digital media and platforms as tools for the development and management of Permanent Health Education actions. It is argued that social media and digital platforms are a key to the management of education and of health work if (and only if) the uses of those already existing and utilized by the community of users, managers, and workers are considered and respected. Initially, the already established recognition of information and communication technologies as an important element for permanent education is discussed, despite the difficulties of its critical use in the scenarios. Then, from the perspective of digital studies, some prevailing notions about social networks, cyber and digital, phenomena that go beyond the adoption of certain devices and technologies as mediators are introduced, recognizing them as a central element of various groups and human activities in contemporary culture. Finally, it is proposed the amplification of the proposal of adoption of those technologies to that of a recognition of digital platforms and media and their prevailing use as strategic tools for the management of the education and of health work*

KEYWORDS *Education, continuing. Social media. Information technology. Internet. Health.*

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Medicina Social (IMS), Grupo de Pesquisa Políticas, Programas e Ações de Educação na Saúde (PPAES) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
carinne.mag@gmail.com



Introdução

A internet e as diversas plataformas e mídias sociais têm-se apresentado como um desafio para os métodos de pesquisa, contexto que tem aumentado o interesse de pesquisadores de várias áreas do conhecimento em investigar e compreender as interações mediadas por tecnologias¹. Para a área da educação na saúde, esse movimento vai ao encontro da valorização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no desenvolvimento de iniciativas pedagógicas de saúde criativas, inovadoras e ousadas, que vêm fortalecendo a interface entre comunicação, ciência e sociedade².

Nesse conjunto, inserem-se as ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), que têm como objetivo qualificar o processo de trabalho em saúde para a melhoria do acesso, da qualidade e da humanização da atenção à saúde. Por isso, seu processo educativo se constrói a partir da análise do cotidiano do trabalhador, integrando ensino, serviço, docência e saúde³.

Institucionalizada como política em 2004⁴, a EPS tem sido mobilizada em todo o território nacional na perspectiva de alcançar diferentes públicos. Por esse motivo, diferentes ações têm sido implementadas, incluindo aquelas operacionalizadas por meio das TIC⁵, a exemplo do Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes, que integra EPS e apoio assistencial, e a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS), que disponibiliza cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD)⁶.

Na relação entre ensino e sistema de saúde, surge a arquitetura da gestão colegiada interferente para produzir e executar as atividades educacionais e assistenciais. Assim, a implantação, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) implica um trabalho articulado entre o sistema de saúde, as instituições formadoras, os gestores e o controle social⁴.

A formação de recursos humanos está atrelada não apenas às políticas de saúde, mas também às políticas de educação e trabalho, que extrapolam a governabilidade do setor

saúde. Apesar de a formação profissional em saúde estar subordinada às regras da educação, é o setor saúde que define os rumos e a sua conexão com a sociedade. Nesse contexto, práticas avaliativas têm sido introduzidas de várias formas e em diferentes ambientes, ora para analisar uma determinada intervenção ou problema como ação externa, ora como etapa do planejamento da gestão das instituições, de programas e projetos de saúde ou de ensino⁷. Cabe ressaltar, entretanto, o estágio ainda incipiente de processos de avaliação e monitoramento no Brasil e, por consequência, a pequena produção de estudos avaliativos de políticas públicas, incluindo a PNEPS⁸.

Segundo Minayo⁹, toda avaliação útil, ética e tecnicamente adequada acompanha o desenrolar de uma proposta e subsidia a correção de rumos e a orientação de estratégias de ação. Seu sentido ético alia-se a seu valor técnico e de responsabilidade social. Pelo olhar da saúde, Hartz¹⁰ supõe que a maneira como o monitoramento e a avaliação são organizados nos diversos níveis do sistema tem um impacto significativo nos tipos de estudos que são conduzidos e utilizados.

Nas vertentes da educação e da saúde, as dimensões do monitoramento e avaliação que envolvem a formação do trabalhador em saúde não foram construídas ao mesmo tempo nem de forma combinada, mas atualmente convivem de forma complexa e, às vezes, contraditória no SUS. Nessa conjuntura complexa, não apenas o monitoramento e avaliação das ações de EPS, mas principalmente o reconhecimento e o acompanhamento de ações inovadoras tornam-se um desafio para os trabalhadores, gestores, docentes e controle social. É nesse sentido que propomos incluir, nesse processo, informações e ações em arenas não usuais, como aplicativos, plataformas digitais e mídias sociais.

A literatura já apresenta evidências sobre o desenvolvimento e uso de TIC específicas para o ensino, mas há lacunas no conhecimento no que se refere à apropriação das mídias e das plataformas digitais já existentes no campo da EPS; e é sobre esse aspecto que este ensaio se debruça.

Cabe ressaltar que, seja no sentido de disseminar informações de forma sistemática e contínua para o monitoramento e avaliação das ações de educação na saúde, seja no sentido de reconhecer e dar visibilidade a práticas inovadoras já operadas nos diferentes territórios brasileiros, espera-se que as questões aqui elencadas apontem para os potenciais impactos das diversas plataformas digitais nas ações em saúde, no modo de gerir ações, pessoas, grupos e instituições alinhadas a uma política pública inovadora.

Dessa forma, este ensaio objetiva explorar a potencialidade dos recursos digitais não apenas nas pesquisas sociais em saúde e educação, mas também na dinamização do desenvolvimento e gestão de ações de educação na saúde.

As tecnologias de informação e comunicação no campo da educação na saúde

Tendo em vista que o uso crescente de plataformas web para interagir, gerar, acessar e disseminar informações é uma prática cada vez mais utilizada entre os profissionais de saúde^{11,12}, é razoável presumir que um olhar mais detido sobre o potencial das mídias digitais nos processos de EPS pode produzir evidências que possibilitem políticas mais consonantes à cultura contemporânea no campo da educação na saúde.

A importância das ferramentas e dos ambientes virtuais na aprendizagem já é reconhecida pela literatura. Atualmente, um volume crescente de tecnologias móveis que acessam a internet, como celulares e *tablets*, é utilizado por alunos e educadores em todo o mundo para acessar informações, racionalizar e simplificar a gestão do tempo, além de facilitar a aprendizagem de maneira inovadora^{13,14}.

Estudos como o de Paulino¹⁵ e Ladaga¹⁶ exemplificam os diversos usos do WhatsApp

Messenger em cenários de aprendizagem e trabalho em saúde, no sentido de cumprir diretrizes curriculares da área, bem como de atender a necessidades de comunicação institucional e, principalmente, de facilitar a formação de redes de contato e comunicação rápida entre seus membros.

No âmbito internacional, investigações também já reconhecem a utilidade das mídias sociais como ferramentas para a promoção de projetos de pesquisa, fornecimento e disseminação de informações de saúde e facilitação da educação de estudantes e profissionais, a exemplo do Facebook, Twitter, Instagram e YouTube^{2,17-19}.

Nessa esteira, várias organizações internacionais e centros de pesquisa para a promoção de programas de ensino têm estimulado a adoção do espaço virtual e dos dispositivos móveis como recursos pedagógicos. Três importantes diretrizes podem ser apontadas nesse sentido.

A primeira, as 'Diretrizes de Política para a Aprendizagem Móvel', divulgada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco)²⁰ em 2014, expõe os motivos para o incentivo do uso das tecnologias móveis isoladamente ou em combinação com outras TIC, a fim de permitir a aprendizagem em qualquer hora e em qualquer lugar. Nesse processo, a Unesco visa auxiliar os gestores de políticas públicas na compreensão da ideia de aprendizagem em tecnologia móvel e seus benefícios em direção à meta de educação para todos.

Um segundo documento aponta a preocupação da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e da Organização Mundial da Saúde (OMS)²¹ com o desenvolvimento de recursos humanos qualificados para atender às necessidades de saúde da população. Nesse sentido, defendem a utilização das TIC para apoiar a aprendizagem on-line (por meios virtuais) como maneira de promover o desenvolvimento de competências técnicas, programáticas, gerenciais e administrativas nos trabalhadores da saúde.

A terceira diretriz se refere à implementação da Agenda Digital 2018 para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)²². O documento apresenta princípios, objetivos, estratégias e medidas consensualmente identificadas para promover e apoiar esses países a darem respostas aos desafios da transformação digital e para sua edificação em economias digitais, alinhadas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constantes na Agenda 2030 das Nações Unidas.

Diante dos exemplos de agenda apontados, faz-se necessária a reflexão crítica sobre o uso e a apropriação cotidiana das ferramentas conectadas à internet e sobre a forma com que podem apontar, viabilizar e/ou impactar práticas de educação e formação em saúde. Segundo Moran²³, aprender ativamente significa desenvolver competências cognitivas e socioemocionais por meio de estratégias de ensino individuais e compartilhadas em grupo. Algo similar é proposto pelos documentos já mencionados, assim como está presente na maioria dos dispositivos legais relacionados com a EPS, entendendo as TIC como importantes nesse processo.

No entanto, propomos ir além da adoção das TIC a partir de uma nova roupagem que, apesar de as redesignar como tecnologias educacionais digitais, ainda estão calcadas em um velho paradigma que as compreende apenas como mediadoras. A discussão sobre dispositivos móveis, ambiente virtual de aprendizagem e similares mostra que, a rigor, ainda se pensa nas TIC no sentido de acessar o virtual (que difere do real) e o mundo on-line (que difere do off-line). Nossa proposta é adotar a perspectiva dos estudos digitais, para os quais a tecnologia não apenas facilita mudanças sociais – de trabalho e educação, por exemplo, ela as constrói. O ‘digital’, nesse caso, tem papel ativo nas ações de uma pessoa, um grupo, uma instituição. Todavia, o que, neste ensaio, estamos tomando por digital? E qual sua relação com o campo da EPS?

As redes sociais e a digitalização da vida

Na perspectiva que propomos, as mídias e as plataformas não são mais apenas mediadores ou espaços separados do cotidiano; elas integram a vida e são atores sociais importantes que participam ativamente das ações cotidianas. Nesse sentido, o enfoque passa a ser na cultura, no uso, na atuação de tais ferramentas, dispositivos e plataformas. Assim como na EPS não se separa o aprender do agir, na perspectiva dos estudos digitais também não se considera essa fragmentação. Do mesmo modo, não faz muito sentido, na maioria dos centros urbanos, separar rede social on-line de rede social off-line, já que o virtual não espelha mais o contrário do real, mas, sim, o integra. De onde vem essa noção e por que ela é cara às ações de EPS?

A comunicação por meio de redes de contatos não é novidade, tampouco uma tendência trazida pelo avanço da tecnologia. O termo ‘rede social’ é antigo, e seu estudo sistematizado remonta ao início do século XX a partir do surgimento dos trabalhos baseados na sociometria, que buscavam descrever e analisar a estrutura interpessoal presente nos pequenos grupos, como escolas, igrejas e clubes²⁴. Ao longo do século, foram desenvolvidas modelagens matriciais de papéis sociais para mapear os padrões homogêneos das relações; e, nos estudos sobre ciência política na Europa, conferem-se às redes um sentido mais amplo, associando-o a uma forma de governança alternativa. Redes sociais basicamente significam um grupamento de pessoas que mantêm um relacionamento, compartilhando objetivos e valores em comum.

Não há entre os estudiosos uma unanimidade em relação ao conceito de redes, contudo compartilham da ideia de que são um conjunto de relações independentes e relativamente estáveis, que conecta múltiplos atores com interesses comuns e que partilham recursos para persegui-los, na compreensão de que é pela cooperação que se alcançam as metas²⁵.

Uma das características fundamentais dessa definição de redes é a sua abertura, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes, não sendo necessário, nesse sentido, estar conectado à internet para fazer parte de uma²⁶. Na visão da psicologia social, as redes são constituídas de pessoas, pois somente estas são capazes de conectar e criar vínculos entre si; as redes seriam, então, a linguagem dos vínculos, que podem ser classificados de maneira ascendente em relação ao nível, às ações e aos valores envolvidos: reconhecimento e aceitação que o outro existe; conhecimento sobre o outro; colaboração recíproca esporádica; cooperação e compartilhamento solidário de atividades e recursos; e associação de confiança mediante acordo de partilha de objetivos e projetos²⁵.

Da psicologia, toma-se por influência Stanley Milgram²⁷ que, a partir de uma pesquisa publicada em 1967, evidenciou que estamos, em média, a seis graus de separação de qualquer outra pessoa no mundo. Nas décadas posteriores, o sociólogo Mark Granovetter^{28,29}, por sua vez, debateu o grau de coesão social entre grupos. Para ele, os chamados ‘laços fracos’ são cruciais para a circulação de informações e inovações, porque permitem ampliar a conexão com grupos que estão além do mesmo círculo social.

Por esse pequeno apanhado de autores e estudos, vemos que o tema ‘redes sociais’ precede em muito o tema da internet e das mídias sociais. No entanto, se nos detivermos ao papel destas últimas no cenário acadêmico e científico e nas relações com os estudos de mídia, uma boa referência tem sido a historiografia proposta por Scolari³⁰. O autor define quatro momentos importantes nos quais se incluem os estudos sobre a comunicação de massa, internet e o universo virtual/digital. Primeiro, no período dos *founding fathers* (1960-1984), surgem os primeiros estudos sobre comunicação em rede, idealização de protótipos e especulações sobre realidade virtual. A Teoria da Informação, a Teoria dos Sistemas e a Comunicação eram as ciências

de base nesse período. Em um segundo momento (1984-1993), definido como *origins*, os estudos se dedicam a pensar interfaces para usuários, a interação humano-computador, a Comunicação Mediada por Computador (CMC), os hipertextos e a vivência da realidade virtual. Em um terceiro momento, período das *cybercultures* (1993-2000), a visão se volta à questão da *cybercultura* popular (*cyberespaços, ingo highways, cyborgs* etc.), *cybercultura* acadêmica (comunidades virtuais, exploração de identidades, hipermídia) e *cybercultura* crítica (inteligência coletiva, sociedades em rede). Finalmente, passamos pela fase dos *Internet Studies* (2000-2008), no qual os temas da chamada Web 2.0, o *Open source* e o conteúdo gerado por usuário ganham espaço, e os estudos se voltam para os *blogs, wikis, sites* de redes sociais e buscadores.

Na esteira do mapeamento do campo, no fim dos anos 2000, o foco, antes voltado para saber o quanto a sociedade ou quem está online, passa a se dar sobre como podemos usar a internet para diagnosticar mudanças sociais e culturais. Rogers³¹ chama esse momento de *dataclism* e propõe compreender não a sociedade que está na internet, mas a sociedade por meio da internet. É essa perspectiva dos métodos digitais que julgamos ser interessante para os propósitos da EPS: aquela que entende as redes, a internet, as plataformas e mídias digitais como chaves para a compreensão e engajamento em ações e projetos coletivos neste momento da história social.

Outro autor que adiciona a esta visão, ainda que se dedique especificamente à perspectiva *cyber*, é Pierre Lévy³². Considerado uma das lideranças sobre o termo ‘ciberespaço’ e o neologismo ‘cibercultura’, ele os compreende, respectivamente, como um meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores e inclui a infraestrutura, o universo e as pessoas que nele navegam; e o conjunto de práticas, atitudes, modos de pensamento e de valores que se desenvolvem com o ciberespaço.

Lévy³² destaca a relação da cibercultura com

a aprendizagem, argumentando que os sistemas educativos se encontram hoje submetidos a novas restrições no que diz respeito a quantidade, diversidade e velocidade de evolução dos saberes. Nesse sentido, a demanda de formação não apenas carece de um enorme crescimento quantitativo, mas também de uma mudança qualitativa no sentido de encontrar soluções que utilizem técnicas capazes de ampliar o esforço pedagógico de professores e formadores.

Na oportunidade, o autor argumenta a favor das tecnologias como oportunidades de otimização da educação, a partir do modelo de aprendizagem virtual e EaD³². Porém, esta defesa, ainda que válida, restringe-se à visão do digital como ferramenta, mediadora ou arena. Para a tese que defendemos neste ensaio, partimos do princípio de que as diversas plataformas digitais são parte (e não via) da comunicação entre pessoas, são atores das redes sociais. Portanto, defendemos uma ideia de digital, na EPS, que vá além da simples adoção de TIC; uma que ressignifique o potencial delas no desenvolvimento, monitoramento e avaliação das ações de EPS.

Propostas de adoção dos métodos digitais no campo da educação na saúde

Tendo em vista a perspectiva apresentada, propõe-se fugir do paradigma que determina a redução das TIC a ferramentas de aprendizagem a distância, sendo necessários, portanto, embates contemporâneos entre a proposta da educação bancária, que pressupõe a transmissão de conteúdos, e a sua defesa como direito e prática de emancipação dos indivíduos³³.

Como já mencionado, nossa tese é de que entender a apropriação e o uso contextual que se tem feito das plataformas e mídias digitais ajuda a potencializar a EPS. Na perspectiva dos métodos digitais, isso significa não apenas monitorar quais plataformas são usadas, formal e informalmente pelos profissionais, mas

também pensá-las como atores da rede, pensar em como elas engendram e até mesmo viabilizam ações de EPS nos territórios brasileiros.

Assim, um novo papel social é atribuído às TIC: elas deixam de ser meras ferramentas de EPS e passam a ser algo mais amplo: recurso para a gestão da educação e do trabalho em saúde. Para isso, precisamos aprender sobre os usos correntes das plataformas e das mídias digitais. Isso significa investigar e explorar o que já se usa, entendendo melhor como os diversos atores interagem com elas e em que cenários seus usos podem ser otimizados, de acordo com os recursos de cada mídia e plataforma e sua cultura de uso, que é local e contextual sempre.

Pesquisa sobre o WhatsApp identificou que os profissionais de saúde o utilizam para disseminação de informações de saúde, troca de informações e tomada de decisão clínica entre os profissionais, apoio social a pacientes durante tratamento, disseminação de orientações de saúde, e aprendizado¹⁶. Usos semelhantes foram verificados para outras mídias, como *blogs*, Twitter e Facebook^{2,34,35}.

Cada um desses usos implica parcelas de estratégias forjadas para aproveitar os recursos dessas tecnologias para fins profissionais, mas, certamente, a efetividade desse uso nos cenários descritos envolve, sobretudo, a apropriação geral delas pela população como parte do seu cotidiano comunicacional de vida. Se todos já usam os aplicativos e redes sociais para falar com seus familiares e amigos, é natural que se estenda seu uso para a comunicação profissional.

A união das perspectivas dos estudos e métodos digitais para repensar o papel das TIC na EPS tem o potencial de dar visibilidade, incentivar e otimizar dinâmicas de integração ensino-serviço-comunidade e a consequente melhoria dos processos de trabalho em saúde, partindo da discussão sobre em que medida essas plataformas e mídias já fazem parte da rotina de ações em EPS, ou de que modos inovadores e responsáveis elas podem ser integradas.

Reforçamos que não é necessário reinventar a roda; não é necessário lançar novos aplicativos, novos ambientes virtuais de aprendizagem, novas plataformas desenhadas especificamente para isso ou para aquilo. Vale, tanto quanto a retórica do novo, reconhecer e aproveitar o que circula, o que já está em uso. Facebook, WhatsApp, Google, Instagram e Youtube, por exemplo, são aplicativos e plataformas que fazem parte do cotidiano de vida de boa parte da população de profissionais de saúde. Tendo em vista esses elementos, o aprimoramento, pela gestão, de estratégias de implementação, monitoramento e avaliação de ações, programas e políticas significa reconhecer, avaliar e, principalmente, incrementar pautas magnas da gestão da EPS.

Outra vertente a ser explorada é a vigilância em saúde, no sentido de identificar as principais demandas populacionais e, assim, empreender estratégias de educação profissional e tomada de decisão política que vise melhorar os indicadores de saúde. Uma revisão da literatura identificou que pouco mais de 60% dos artigos científicos sobre mídias sociais e saúde pública encontraram relação positiva entre os resultados dos processos de monitoramento e os dados obtidos pelo sistema tradicional de vigilância³⁶. Por essa lógica, o monitoramento de mídias sociais pode ser uma ferramenta complementar no mapeamento de problemas de saúde, assim como de ações de EPS.

De maneira geral, no âmbito da saúde pública, há evidências de que as redes sociais são utilizadas para informar e capacitar, aumentar a efetividade e velocidade do processo comunicacional, coletar dados quantitativos e qualitativos e mobilizar parcerias inter-setoriais³⁷. Entretanto, mais pesquisas são necessárias para avaliar os efeitos desse uso nos resultados de saúde dos pacientes, objeto principal da EPS. Assim, o domínio das técnicas analíticas de dados produzidos nas redes sociais pode contribuir para o advento das pesquisas sociais e de saúde e para a implementação e gestão da PNEPS³⁸.

Tendo isso em vista, deixamos aqui

sugestões de desdobramentos e agendas de pesquisa sobre plataformas e mídias digitais no campo da educação na saúde, dentro da perspectiva dos métodos digitais. Uma primeira linha de estudos em potencial seria mapear a circulação de fatos, ideias e conhecimentos por meio da análise de itens de mídia, como postagens e imagens circuladas em grupos e páginas mantidas por instituições de educação na saúde. Outra estratégia relevante seria identificar atores-chave e estimar sua influência em redes digitais, usando ferramentas de análise estatística e de rede e métricas de engajamento para vozes dominantes.

Os métodos digitais trazem, ainda, o potencial de identificar as representações sociais da saúde subjacentes aos conteúdos das postagens e aos objetos digitais, juntando análise de conteúdo visual e textual. Além disso, algumas análises lexicais podem ser feitas para rastrear discursos e divulgação de informações, impressões, notícias e informações equivocadas. Um olhar sobre as plataformas permite, ainda, avaliar os possíveis resultados e o impacto social sobre o comportamento de saúde e as demandas políticas, reunindo dados quantitativos coletados anteriormente para uma compreensão qualitativa dos resultados gerais oriundos de relatórios, painéis e entrevistas.

A propositura apresentada, que se assenta na perspectiva dos estudos desenvolvidos por meio de métodos digitais de pesquisa, longe de situar um conflito com os desenhos de pesquisa e de monitoramento tradicionais, vem adicionar ao rol de recursos já disponíveis possibilidades mais adequadas para explicar as especificidades dos objetos e dados constituídos na contemporaneidade.

A conexão entre essas metodologias, a democratização do conhecimento e a educação ativa potencialmente permitem o estudo indutivo dos impactos das novas TIC, mídias digitais e percepções sociais sobre as práticas e tecnologias de saúde. Em última análise, essa união pode produzir evidências e subsidiar o avanço das políticas de gestão do trabalho e educação na saúde.

Pelo exposto, retomamos a questão de pesquisa: quais as potencialidades das mídias e das plataformas digitais para o campo da EPS? Em nossa perspectiva, identificamos que elas podem: conferir maior visibilidade, reconhecimento e difusão das ações de EPS operadas nos diferentes territórios brasileiros, as quais podem ser replicadas e/ou re-adaptadas conforme as necessidades locais; atuar como ferramentas de operacionalização, monitoramento e avaliação de ações de EPS, com menor custo ao sistema de saúde, já que se tratam de ferramentas já existentes e utilizadas por usuários, profissionais e gestores da saúde; e operar como objeto de estudo e análise, compreendendo-as como um 'ator' que provoca impacto na saúde (quer seja pelo consumo das informações e pelos vínculos

sociais que nela se estabelecem, quer seja pelo próprio uso dos equipamentos para diferentes finalidades) e que potencialmente reflete o comportamento, hábitos e condições de saúde da população que as utiliza. Dessa maneira, as mídias e as plataformas podem fornecer dados de grande valia para a implementação de novas ações de EPS e correção e ou implantação de novas políticas que possibilitem melhores resultados de saúde.

Colaboradores

França T (0000-0002-8209-9811)*, Rabello ET (0000-0002-8324-1453)*, Magnago C (0000-0001-8799-3225)* contribuíram igualmente na elaboração do manuscrito. ■

Referências

1. Camboim LG, Bezerra EP, Guimarães IJB. Pesquisando na internet: uma análise sobre metodologias utilizadas em dissertações de mestrado do PPGCI-UFPB. *Biblionline* [internet]. 2015 [acesso em 2019 mar 1]; 11(2):123-34. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/25380>.
2. Curran V, Matthews L, Fleet L, et al. A Review of Digital, Social, and Mobile Technologies in Health Professional Education. *J Contin Educ Health Prof*. [internet]. 2017 [acesso em 2019 mar 1]; 37(3):195-206. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1097/CEH.000000000000168>.
3. Lima SA, Albuquerque PC, Wenceslau LD. Educação permanente em saúde segundo os profissionais da gestão de Recife, Pernambuco. *Trab, Educ Saúde* [internet]. 2014 [acesso em 2019 mar 1]; 12(2):425-41. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462014000200012>.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 198 GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 14 Feb 2004.
5. Farias QLT, Rocha SP, Cavalcante ASP, et al. Implicações das tecnologias de informação e comunicação no processo de educação permanente em saúde. *Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde* [internet].

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

- 2017 [acesso em 2019 mar 1]; 11(4). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v11i4.1261>.
6. Barbosa AF, coordenador. TIC Saúde 2014: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos estabelecimentos de saúde brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil; 2015.
 7. Lampert JB, Costa NMSC, Alves R. Ensino na saúde: modelo de avaliação CAES/ABEM na construção de mudanças - método da roda. Goiânia: Gráfica UFG; 2016.
 8. Jannuzi PM. Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais. *Rev Rede Bras Monitor Aval*. 2011; 11(1):36-65.
 9. Minayo MCS, organizadora. Avaliação por Triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.
 10. Hartz Z. Do monitoramento do desempenho ao desempenho do monitoramento: novas oportunidades para a Avaliação na gestão da Vigilância em Saúde. *Ciênc. Saúde Colet*. [internet]. 2013 [acesso em 2018 set 10]; 18(5):1221-2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000500005>.
 11. Johnston MJ, King D, Arora S, et al. Smartphones let surgeons know WhatsApp: an analysis of communication in emergency surgical teams. *Am J Surg* [internet]. 2015 [acesso em 2018 set 10]; 209(1):45-51. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.amjsurg.2014.08.030>.
 12. Benedictis AD, Lettieri E, Masella C, et al. WhatsApp in hospital? An empirical investigation of individual and organizational determinants to use. *PLoS One* [internet]. 2019 [acesso em 28 abr 2019]; 14(1):e0209873. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0209873>.
 13. Chase TJ, Julius A, Chandan JS, et al. Mobile learning in medicine: an evaluation of attitudes and behaviours of medical students. *BMC Medical Education* [internet]. 2018 [acesso em 28 abr 2019]; 18:152. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12909-018-1264-5>.
 14. Wallace S, Clark M, White J. 'It's on my iPhone': attitudes to the use of mobile computing devices in medical education, a mixed-methods study. *BMJ Open* [internet]. 2012 [acesso em 2019 abr 28]; 2(4):e001099. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2012-001099>.
 15. Paulino DB, Martins CCA, Raimoni GA, et al. WhatsApp® como recurso para a educação em saúde: contextualizando teoria e prática em um novo cenário de aprendizagem. *Rev Bras Educ Med* [internet]. 2018 [acesso em 2019 abr 28]; 42(1):169-78. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712018v42n1rb20170061>.
 16. Ladaga FMA, Andrade G, Sartori A, et al. WhatsApp, uma ferramenta emergente para a promoção da saúde. *Enciclopédia Biosfera* 2018; 15(28):1370-84.
 17. Pander T, Pinilla S, Dimitriadis K, et al. The use of Facebook in medical education--a literature review. *GMS Z Med Ausbild* [internet]. 2014 [acesso em 2019 abr 28]; 31(3):Doc33. Disponível em: <https://doi.org/10.3205/zma000925>.
 18. Lugo-Fagundo C, Johnson MB, Thomas RB, et al. New Frontiers in Education: Facebook as a Vehicle for Medical Information Delivery. *J AM Coll Radiol* [internet]; 2016 [acesso em 2019 abr 28]; 13(3):316-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jacr.2015.10.023>.
 19. Kelly BS, Redmond CE, Nason GJ, et al. The use of Twitter by radiology journals: an analysis of Twitter activity and impact factor. *J AM Coll Radiol* [internet]. 2016 [acesso em 2019 abr 28]; 13(11):1391-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jacr.2016.06.041>.
 20. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Diretrizes de Políticas da Unesco para a aprendizagem móvel. Brasília, DF: Unesco; 2014.
 21. Organização Pan-Americana de Saúde; Organização Mundial de Saúde. Estratégias de recursos humanos para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde. Washington, DC: OPAS; 2017.

22. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Agenda Digital para a CPLP 2018. Lisboa: CPLP; 2018.
23. Moran JM. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus; 2017.
24. Ferreira GC. Redes Sociais de Informação: uma história e um estudo de caso. *Perspec Ciênc Inform* [internet]. 2011 [acesso em 2019 abr 28]; 16(3):208-31. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1149/918>.
25. Fleury S, Ouverney AM. Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV; 2007.
26. Recuero R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. *Verso e Reverso* [internet]. 2014 [acesso em 2019 abr 28]; 28(68):114-124. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.06/4187>.
27. Milgram S. The small world problem. *Psychol Today* [internet]. 1967 [acesso em 2019 abr 28]; 1(1):61-7. Disponível em: <http://snap.stanford.edu/class/cs224w-readings/milgram67smallworld.pdf>.
28. Granovetter MS. The Strength of Weak Ties. *AJS* [internet]. 1973 [acesso em 2019 abr 28]; 78(6):1360-80. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/225469>.
29. Granovetter MS. The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. *Sociol Theory* [internet]. 1983 [acesso em 2019 abr 28]; 1:201-33. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/202051>.
30. Scolari CA. Mapping conversations about new media: the theoretical field of digital communication. *New Media Soc* [internet]. 2009 [acesso em 2019 abr 28]; 11(6):943-64. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444809336513>.
31. Rogers R. *Digital Methods*. Chicago: MIT Press; 2013.
32. Lévy P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34; 1999.
33. Barreto RG. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. *Educ Soc* [internet]. 2004 [acesso em 2019 abr 28]; 25(89):1181-201. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000400006>.
34. Markham MJ, Gentile D, Graham DL. Social Media for Networking, Professional Development, and Patient Engagement. *Am Soc Clin Oncol Educ Book* [internet]. 2017 [acesso em 2019 abr 28]; 37:782-7. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14694/EDBK_180077.
35. Aragão JMN, Gubert FA, Torres RAM, et al. The use of Facebook in health education: perceptions of adolescent students. *Rev Bras Enferm* [internet]. 2018 [acesso em 2019 abr 28]; 71(2):265-71. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0604>.
36. Hempel M. *The use of social media in environmental health research and communication: an evidence review*. Vancouver: Environmental Public Health; 2014.
37. Thackeray R, Neiger BL, Smith AK, et al. Adoption and use of social media among public health departments. *BMC Public Health* [internet]. 2012 [acesso em 2019 abr 28]; 12(242):1-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1471-2458-12-242>.
38. Klein GH, Guidi Neto P, Tezza R. Big Data e mídias sociais: monitoramento das redes como ferramenta de gestão. *Saude Soc* [internet]. 2017 [acesso em 2019 abr 28]; 26(1):208-17. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017164943>.

Recebido em: 01/05/2019

Aprovado em: 05/06/2019

Conflito de interesses: inexistente

Suporte financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq), Processo número:

430482/2018-3